

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.661 - ES (2019/0163007-6)

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**AGRAVANTE** : COOPERATIVA DOS ORTOPEDISTAS E  
TRAUMATOLOGISTAS DO ESPIRITO SANTO - COOTES  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE DE LACERDA ROSSONI - ES008303  
CLÁUDIA FERREIRA GARCIA - ES010567  
KAROLINE DOS SANTOS GONÇALVES - ES024620  
**AGRAVADO** : MATEUS BORGES OLIVEIRA ALVES  
**ADVOGADO** : GUSTAVO CAMPOS SCHWARTZ E OUTRO(S) - ES010151

### DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 302):

APELAÇÃO CÍVEL. COOPERATIVA MÉDICA. INFRINGÊNCIA AO ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO DA COOPERATIVA. CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. INVALIDADE. ELIMINAÇÃO DE MÉDICO COOPERADO. IMPOSSIBILIDADE. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. - Conforme assentado pela egrégia Corte Especial do Colendo Superior Tribunal de Justiça, "é inválida a cláusula inserta de estatuto de cooperativa de trabalho médico que impõe exclusividade aos médicos cooperados" (EREsp n. 191.080/SP, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, Corte Especial, julgado em 16-12-2009, DJe 8-4-2010).

2. - O fato de ter sido o autor eliminado do quadro de cooperados da ré, nas circunstâncias em que ocorreu, ou seja, com respaldo em cláusula estatutária à qual ele espontaneamente aderiu, não pode ser entendido como causa de abalo psíquico, sofrimento ou vexação, esses sim, sentimentos capazes de provocar dor moral. A caracterização do dano moral pressupõe a ofensa à dignidade da pessoa ou seus direitos personalíssimos, tais como a honra, a imagem, a intimidade e o nome.

3. - Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 373, inciso I, 489, § 1º, inciso IV, 1.013 e incisos, e 1.022, inciso II, do Código de

# *Superior Tribunal de Justiça*

Processo Civil de 2015; bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta que há omissão no julgado, pois o Tribunal de origem não se manifestou sobre os argumentos apresentados pela recorrente. Alega ser legítima "a eliminação do requerente dos quadros da recorrente, à luz do estatuto social cooperativista vigente, bem como ante sua conduta desleal de concorrência, vez que efetivou sua participação em outra empresa, concorrendo com a própria recorrente" (e-STJ, fl. 356). Acrescenta que "não se pode entender que a cláusula 8ª do Estatuto da recorrente, impõe exclusividade, pois ela não faz, e efetivamente o recorrido foi excluído do quadro societário da cooperativa por conduta colidente e prejudicial aos interesses da cooperativa" (e-STJ, fl. 366).

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Anoto, preliminarmente, que a controvérsia foi decidida de modo suficiente, pois o Tribunal de origem enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e explícita sobre a causa, razão pela qual não merece reparo algum.

Com efeito, não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa ao art. 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não

# *Superior Tribunal de Justiça*

ocorre na hipótese em apreço.

[...]

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/6/2016, DJe 3/8/2016).

No mais, verifica-se que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, conforme se depreende da fundamentação do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 305-309):

O apelante afirmou na petição inicial que é médico ortopedista com atuação nos Hospitais Velha Hospital e Jayme Santos Neves e cooperado da ré desde 2012; ele e "alguns colegas de profissão (estes trabalhando para a Associação .A1331 -1S)" em razão da ré não possuir posto de trabalho no hospital Jayme Santos Neves, "houveram por bem assumir a gerência do mesmo, o que causou a indignação e represália por parte da atual diretoria da Requerida"; por essa razão foi eliminado do quadro de associados da ré, punição da qual foi Comunicado por telegrama (fl. 34).

Na contestação a ré alegou que o autor "entrou em outro grupo sob a liderança maior de médico de conduta questionável, e violenta e inequivocadamente contrariou os interesses da requerida, haja vista ter assumido com outros médicos serviços de ortopedia e traumatologia que era pretensão como sabido da COOTES, sendo esta conduta colidente e prejudicial aos interesses da cooperativa", o que ensejou a abertura de processo administrativo disciplinar, facultando ao autor a ampla defesa e devido processo legal; não está impedindo o autor de exercer sua profissão, o que ele pode perfeitamente fazer "através de consultório particular ou através de hospitais, mas nunca, em hipótese alguma, exercer a mesma função da cooperativa a que se associou com outra sociedade empresária que exerce a mesma atividade, e ainda concorrendo de forma desleal e contrária aos interesses da requerida" (fls. 110-27).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Verifica-se que na ata da Assembleia Geral Extraordinária da ré instalada em 28-01-2013 (e que teve seguimento nos dias 07-02-2013 e 07-03-2013) ficou registrado como um dos itens da pauta "Apresentação, discussão e deliberações irrestritas a respeito do novo contrato de prestação de serviços do hospital Jayme dos Santos Neves, modelo de gestão e futuros contratados". Percebe-se do conteúdo daquela ata preocupação da Cooperativa ré com o fato de que alguns médicos a ela associados estavam prestando serviços no Hospital Jayme dos Santos Neves, de modo dissociado da condição de cooperado.

Assim é que se lê naquele documento: "O Dr. Fábio Antonio Bastos Binotti, perguntou se alguma cooperativa já assinou com o Jayme. O Dr. Hélio informou que a neurocirurgia já está praticamente fechado." "O Dr. Valbert de Moraes Pereira e o Dr. Rafael Basto Puglia fazendo uso da palavra, relatou que não devemos permitir que cooperados venham a assumir o Jayme." "O Dr. Mel Nicolau Junior perguntou se é possível punição para os cooperados que estão participando do hospital Jayme, para avaliação de possíveis punições para os colegas. O Dr. Hélio informou aos presentes que haverá uma auditoria do CRM-ES no hospital Jayme. Após esta auditoria será possível se saber quais são os médicos que estão atuando oficialmente no hospital Jayme. O Dr. Charles Seiti Takasaki pergunta se já podem ser punidos os médicos que estão atuando no hospital jayme."

Foi a atuação profissional do autor de modo dissociado da condição de cooperado que resultou na eliminação dele do quadro de cooperado da ré. E isso ocorreu porque o art. 8º, inciso VI, do Estatuto da Cooperativa ré assim dispõe:

Art. 8º - O cooperado se obriga a:

...

VI - Não prestar, na qualidade de proprietário, associado ou credenciado, direta ou indiretamente serviços a pessoas físicas ou jurídicas de qualquer natureza que explorem atividade concorrente ou semelhante à da COOPERATIVA com objetivos econômicos, sociais ou políticos, ressalvados os vínculos com entidades de previdência social pública, na condição de empregado, com os contratos de trabalho devidamente formalizados por escrito;

Ocorre que a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça está sedimentada no sentido de que é inválida a cláusula de estatuto ou de regimento interno de cooperativa de trabalho médico que

# *Superior Tribunal de Justiça*

imponha exclusividade aos cooperados. Trago a lume alguns venerandos precedentes daquela Corte superior de Justiça sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE (UNIMILITÂNCIA). INVALIDADE. 1. A Corte Especial já decidiu que "é inválida a cláusula inserta em estatuto de cooperativa de trabalho médico que impõe exclusividade aos médicos cooperados" (EResp n. 191.080/SP, Relator Ministro HAMILTON C.ARVANHIDO, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/12/2009, DJe 8/4/2010). 2. Nesse julgamento, a Corte Especial também esclareceu que "mesmo antes da edição da Lei nº 9.656/98, é inválida a cláusula inserta em estatuto de cooperativa de trabalho médico que impõe exclusividade aos médicos cooperados, seja por força da dignidade da pessoa humana e seu direito à saúde, seja por força da garantia à livre concorrência, à defesa do consumidor, aos valores sociais do trabalho e à livre iniciativa". 1...]. (AgRg no REsp 1193261/RS, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 25-09-2012, Dje 28-09-2012).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COOPERATIVA MÉDICA. CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. INVALIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. "É inválida a cláusula inserta em estatuto de cooperativa de trabalho médico que impõe exclusividade aos médicos cooperados (interpretação sistemática do artigo 29, parágrafo 4", da Lei nº 5.764/71)" (ERESP 191.080/SP, Rel. Min. HAMILTON Carvalhido, Corte Especial, DJe 8/4/10). 2. Agravo regimental não provido. (AgRg-AgRg-REsp 1.068.888; Proc. 2008/0136219-3; SP; Primeira Turma; Rel. MM. Arnaldo Esteves Lima; Julg. 17-04-2012; DJE 04-05-2012).

DIREITO ECONÔMICO. LIVRE CONCORRÊNCIA INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARE 535 DO CPC. UNIMED COOPERATIVA DE SAÚDE. SUBMISSÃO IRRESTRITA ÀS NORMAS JURÍDICAS QUE REGULAM A ATIVIDADE ECONOMICA. CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE PARA MÉDICOS COOPERADOS. IMPOSSIBILIDADE TANTO SOB O ASPECTO INDIVIDUAL QUANTO SOB O ASPECTO DIFUSO.

INAPLICABILIDADE AO PROFISSIONAL LIBERAL DO §, 4º DO ARTIGO 29 DA LEI N. 5.764/71, QUE EXIGE EXCLUSIVIDADE. CAUSA DE PEDIR REMOTA VINCULADA A LIMITAÇÕES À CONCORRÊNCIA VIOLAÇÃO, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, DO ARE 20, INCISOS I, II E IV. DO ART. 21, INCISOS IV E V, AMBOS DA LEI N. 8.884/94, E DO ARE 18, INCISO 111, DA LEI N. 9.656/98. INFRAÇÕES AO PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA PELO AGENTE ECONÔMICO CONFIGURADAS. [...]. 2. A Constituição Federal de 1988, ao tratar do regime diferenciado das cooperativas não as excepcionou da observância do princípio da livre concorrência estabelecido pelo inciso IV do art. 170. 3. A causa de pedir remota nas lides relativas à cláusula de exclusividade travadas entre o cooperado e a cooperativa é diversa da causa de pedir remota nas lides relativas a direito de concorrência. No primeiro caso, percebe-se a proteção de suposto direito ou interesse individual; no segundo, a guarda de direito ou interesse difuso. Portanto, inaplicáveis os precedentes desta Corte pautados em suposto direito ou interesse individual. 4. Ao médico cooperado que exerce seu labor como profissional liberal, não se aplica a exigência de exclusividade do g 4º do art. 29 da Lei n. 5.764 1, salvo quando se tratar de agente de comércio ou empresário. 5. A cláusula de exclusividade em tela é vedada pelo inciso III do art. 18 da Lei n. 9.656/98, mas, ainda que fosse permitida individualmente a sua utilização para evitar a livre concorrência, através da cooptação de parte significativa da mão-de-obra, encontraria óbice nas normas jurídicas do art. 20, I, II e IV, e do art. 21, IV e V, ambos da Lei n. 8.884/94. Portanto, violados pelo acórdão de origem todos aqueles preceitos. 6. Ainda que a cláusula de exclusividade não fosse vedada, a solução minimalista de reputar lícita para todo o sistema de cláusula contratual, somente por seus efeitos individuais serem válidos, viola a evolução conquistada com a criação da Ação Civil Pública, com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, com o fortalecimento do Ministério Público, com a criação do Código de Defesa do Consumidor, com a revogação do Código Civil individualista de 1916, com a elaboração de um futuro Código de Processos Coletivos e com diversos outros estatutos que celebram o interesse público primário. Recurso Especial

# *Superior Tribunal de Justiça*

provido. (REsp 1.172.603; Proc. 2009/0241425-2; RS; Segunda Turma; Rel. MM. Humberto Martins; Julg. 04-03-2010; DJE 12-03-2010).

Assim, a eliminação do autor do quadro de cooperados da ré, ainda que esta afirme que foram respeitados os princípios da ampla defesa e do devido processo legal, não deve prevalecer, porque respaldada em cláusula que a mais elevada Corte de Justiça do País em matéria infraconstitucional considera inválida.

Desse modo, visto que a orientação adotada no acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, a admissibilidade do recurso especial encontra óbice no enunciado da Súmula 83 do STJ.

Ademais, a desconstituição de tais premissas, a fim de concluir pela existência de conduta desleal do recorrido para com a recorrente, demandaria a reinterpretação das normas do regulamento da cooperativa, bem como o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimentos que, na via do recurso especial, são vedados pelos verbetes das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Ademais, os óbices acima referidos impedem, por semelhantes motivos, a análise da apontada divergência jurisprudencial.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora